



INCESTO, SUBVERSÃO DO PATRIARCADO E LIBERDADE: POSSIBILIDADES DE SIGNIFICAÇÃO DO ÉDIPO DE NATÁLIA CORREIA

André Pereira dos SANTOS¹

RESUMO: Este artigo se propõe a refletir sobre a reescritura do mito de Édipo proposta pela escritora portuguesa Natália Correia na obra *O Progresso de Édipo - Poema Dramático* (1957). Trata-se de uma versão que produz novos contornos aos temas do incesto, do patriarcado e da liberdade. Se nos Édipos sofocliano e freudiano o incesto é proibido, a estrutura é patriarcal e a liberdade pode ser condicionada ao divino ou ao inconsciente, em Natália Correia estes temas adquirem uma conotação mais ampla. Discorre-se que a dinâmica incestuosa em sua obra permite-nos situar a subversão do patriarcado em pelo menos duas direções: (a) na direção concreta da instalação de um matriarcado; (b) numa perspectiva mais abrangente de reconexão com as origens, numa alusão a um mundo sem tabus.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura portuguesa. Psicanálise. Reescritura. Mito de Édipo. Feminilidade.

INCEST, SUBVERSION OF PATRIARCHATE AND FREEDOM: POSSIBILITIES OF SIGNIFICATION OF NATÁLIA CORREIA'S OEDIPUS

ABSTRACT: This article aims to reflect on the rewriting of the Oedipus myth proposed by the Portuguese writer Natália Correia in her work *O Progresso de Édipo - Poema Dramático* (1957). In this version she creates new outlines for the themes of incest, patriarchy and freedom. If in the Sophoclean and Freudian Oedipus incest is prohibited, the structure is patriarchal and freedom can be conditioned to the divine or the unconscious, in Natália Correia these themes acquire a broader connotation. It is argued that the incestuous dynamics in her work allows us to place the subversion of patriarchy in at least two directions:

1 Psicólogo, bacharel e licenciado em psicologia pela Universidade de Brasília – UnB (2016), com período sanduíche na Universidade Complutense de Madrid (UCM). Foi bolsista de mestrado do Programa Erasmus Mundus Crossways in Cultural Narratives (FCSH NOVA – Lisboa, Portugal; Adam Mickiewicz University – Poznań#324; Polónia e Université de Perpignan Via Domitia, UPVD – Perpignan, França) entre 2019 e 2021. Apresenta interesse pelos seguintes temas: Desenvolvimento Humano, Educação e Cultura. Endereço eletrônico: <andrepstos@gmail.com>.

(a) in the concrete direction of the installation of a matriarchy; (b) in a broader perspective of reconnecting with origins, in an allusion to a world without taboos..

KEY WORDS: Portuguese literature. Psychoanalysis. Rewriting. Oedipus myth. Femininity.

INTRODUÇÃO

O texto de Natália Correia (1957) pode ser adjetivado de múltiplas formas, a depender do enfoque analítico que se pretende atribuir. Para além das análises de cunho estético-formal, de sua construção poética, subjetiva e simbólica, ressalta-se o caráter surpreendente do final da obra, desde o ponto de vista de seu conteúdo. No *Progresso de Édipo*, o ponto culminante diz respeito ao fato de que Jocasta não só permanece viva, como também é a responsável por ferir as pupilas de seu filho/esposo/amante com a espada, cegando-o, num ato que merece ser analisado em conjunto com a dinâmica incestuosa e sua complexidade simbólica.

Maria do Céu Fialho (2006) e Armando Nascimento Rosa (2009) enfatizam a subversão do patriarcado enunciado pela teoria psicanalítica na obra de Natália Correia. Sabe-se que Freud, na construção de sua teoria, utilizou-se de personagens clássicos da literatura para ilustrar suas ideias. Nenhum deles, no entanto, adquiriu a importância conferida a Édipo, cuja estrutura mítica foi ressignificada no sentido de propor reflexões sobre a constituição tanto da civilização quanto do indivíduo (MOREIRA, 2004; MARCOS; SALES, 2017).

A aludida subversão do patriarcado provocada por Jocasta é o aspecto central da obra a ser explorado neste texto. Quais seriam as possibilidades de significação deste ato? Por que se alude que a obra de Natália Correia subverte o patriarcado enunciado pela psicanálise? Que patriarca-

do seria este? Qual o lugar reservado ao feminino nesta lógica? Qual o estatuto do feminino que Natália inaugura? Trata-se de um feminino que se inscreve na mesma lógica do poder fálico ou que, ao contrário, busca renunciá-lo numa tentativa de reconexão com as origens? O que isto diz sobre a liberdade de Édipo diante da in-consciência dos atos de parricídio e de incesto?

NATÁLIA CORREIA E A FEMINIZAÇÃO DO MUNDO PELA ESCRITA

Natália Correia nasceu nos Açores, na ilha de São Miguel, em 1923, e morreu em 1993, em Lisboa. Foi mais que uma escritora e poetisa, constituindo-se como um grande ícone da intelectualidade portuguesa. Também conhecida por sua atuação política como deputada na Assembleia da República, sua atuação foi especialmente relevante a nível da cultura, do patrimônio, da defesa dos direitos humanos e das mulheres. No âmbito literário, sua obra estende-se por gêneros variados, que abarcam a poesia, o romance, o teatro e o ensaio. Afirmava-se como poetisa, com uma escrita que tem como objetivo “feminizar o mundo” (CORREIA, 1981). Sobre o *Progresso de Édipo*, ela afirma:

Sófocles só representa o tratamento do mito na óptica patriarcal. O meu Édipo cega-se para o exterior, onde vigora a lei patriarcal, que castiga o seu incesto, para se refugiar no seu inconsciente individual, que guarda a lei arcaica de iniciação do filho na sabedoria materna, através do incesto que, neste caso, é simbólico. Retoma-se pois aqui o mito da Deusa-Mãe e do filho que na tragédia grega é castigado pelo Deus introduzido pela cultura patriarcal indo-europeia. (...) Daí eu chamar Progresso de Édipo – porque o Édipo e a Jocasta assumem o incesto, ao contrário do que se passa na tragédia grega. Pretendo repor ao mesmo tempo um estado pré-lógi-

co, ou seja, pré-patriarcal. (LELLO, 1988, p. 15 *apud* ROSA, 2007, p. 44)

A entrevista de Natália Correia a Lello (1988), citada por Rosa (2007), permite-nos extrair informações sobre uma possível intencionalidade da autora na escrita da obra. O que seria esse estado pré-lógico ao qual Natália Correia se refere? Seria o estado pré-linguístico e, portanto, na perspectiva psicanalítica, anterior à castração pelo grande Outro da linguagem? Provavelmente não, já que esta noção de inconsciente como linguagem surge explicitamente com Lacan (2008) em período posterior à própria escrita da obra. De qualquer forma, é provável que a autora tenha tido algum contato com os escritos de Freud, que, de modo geral, influenciaram a intelectualidade europeia desde o seu surgimento, no início do século XX.

Observados os possíveis anacronismos, tem-se que uma obra literária apresenta independência em relação à intencionalidade de seu autor e, uma vez publicada, adquire a possibilidade de ressignificação e de formulação de novas questões. O objetivo deste texto, portanto, é analisar as relações entre o incesto, a subversão do patriarcado e a questão filosófica da liberdade no Édipo de Natália Correia. Para isto, a argumentação se dá em torno de três eixos principais: (1) breve comparação entre o Édipo de Sófocles e o de Natália Correia, com ênfase nos estatutos que o incesto, o patriarcado e a liberdade apresentam em cada um; (2) possibilidades de leitura das duas versões à luz da teoria psicanalítica; e (3) análise de como acontece o processo de subversão na obra de Natália Correia desde um ponto de vista patriarcal para o matriarcal, bem como as possíveis implicações para a discussão filosófica da liberdade.

ÉDIPO: VERSÕES E SUB-VERSÕES

Considerado por Aristóteles a tragédia perfeita, o mito de Édipo apresenta diferentes versões. Trata-se de uma estrutura narrativa relativamente simples, embora complexa em seu campo de significações. A complexidade inicia-se logo na tradução de seu título. Das três traduções consultadas em português, encontram-se, pelo menos, três diferentes títulos: *Rei Édipo*, de Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho (2008); *Édipo Rei*, na tradução de Trajano Vieira (2001); e, por fim, *Édipo Tirano*, de Leonardo Antunes (2018). O problema parece centrar-se na palavra “rei” em oposição ao termo “tirano”, já que, nas duas primeiras versões citadas, há apenas uma inversão das palavras “Édipo” e “Rei”.

De fato, a realeza de Édipo é um tema ambíguo e a escolha por “rei” ou “tirano” já carrega em si uma interpretação sobre o conteúdo da obra. Para Antunes (2018), no momento em que Édipo assume o trono, ele é um tirano, já que não o assume por sucessão hereditária natural, usurpando o poder do pai, que desconhecia ter matado. Apenas quando lhe é revelado o laço sanguíneo com o rei, que supostamente lhe daria direito legítimo ao trono, é que Édipo, por fim, seria suscetível de assumi-lo, momento este que coincide com sua ruína. Tem-se, assim, que o lugar de realeza buscado por Édipo (ativamente ou não) talvez pouco tenha a ver com os ornamentos reais, mas, antes, seja parte de uma alusão ao lugar simbólico de poder, interpretação esta sustentada por teóricos da psicanálise a partir do século XX.

A QUESTÃO DA LIBERDADE NO ÉDIPO DE SÓFOCLES

Seja qual for a tradução, a obra canônica de Sófocles segue os princípios temporais e de composição da tragédia aristotélica. No enredo clássico,

Édipo já é rei e Tebas enfrenta um caos social, pois está a ser castigada pelos deuses. Para saber a razão de tantos males sucessivos na cidade, Édipo questiona aos oráculos qual seria a solução para o problema. Os oráculos são assertivos ao dizer que a solução seria punir os assassinos de Laio.

Uma personagem complexa da trama é Tirésias, que tem um *daimon*, um ser mitológico, espécie de gênio pessoal, de que outras figuras ilustres do pensamento grego também se teriam utilizado, como Sócrates, e a partir do qual conseguiam obter certos poderes sobre o mundo dos homens. A relevância de Tirésias na peça está no fato de que é ele quem diz a Édipo sobre seu parricídio e incesto. Este, por sua vez, tende a negar o seu desgraçado destino, pensando tratar-se de uma armação de Creonte (irmão de Jocasta) para tomar-lhe o poder. A mesma cena traz uma Jocasta aflita e também em estado de negação quanto à verdade: prefere que Édipo não se atente ao que os deuses dizem, pois a ela também os oráculos já haviam dito coisas que nunca se cumpriram como, por exemplo, o fato de que Laio morreria pelo próprio filho e que ela se casaria com este. Obstinado em sua busca pela verdade, Édipo desconfia que, de fato, é o assassino de Laio e pede para chamar o único servo da comitiva do rei que sobreviveu ao atentado que culminou em sua morte, servo este que coincide com o que, na infância, foi o responsável por abandoná-lo nas montanhas, acorrentado pelos pés.

Em seguida, um mensageiro de Corinto, antiga casa de Édipo, avisa-lhe que Políbio, que o criou como pai, está morto. Momentaneamente aliviado com a notícia, Édipo vê seu mundo desabar quando o mensageiro afirma que ele, na verdade, não tem laço sanguíneo com Políbio, tendo sido recebido quando criança por um servo de Laio. O servo em questão e o mensageiro são confrontados e Édipo tem a confirmação de seu

trágico destino: é o assassino de seu pai e o marido de sua mãe. A consumação da tragédia se dá com o suicídio de Jocasta e a cegueira voluntária de Édipo, que fura os olhos – cegueira esta que pode ser interpretada de muitas formas quando pensada metaforicamente.

Ao analisar o mito de Édipo, Trajano Vieira (2001) enfoca duas características principais: a investigação sobre o assassinato de Laio e a indagação sobre sua própria identidade. A grande admiração e identificação à personagem reside no fato de que sua destruição não se dá por uma falha de caráter ou culpa consciente. Antes de tudo, trata-se do aspecto da condição humana que diz respeito à falta de controle em relação às variáveis que compõem o destino.

A grande questão filosófica que surge a partir da obra de Sófocles é a que se situa, conforme Trajano Vieira (2001) analisa, entre a razão e o *daimon*, ou seja, a liberdade de ação de Édipo e a função dos deuses na configuração do seu destino. A indagação, nesse sentido, seria: há liberdade em Édipo? Considerando-se, também, a busca de certas características de herói, poder-se-ia formular a seguinte questão: o que caracteriza o herói trágico, além de sua humanidade indisfarçável?

Uma das possíveis respostas à questão da liberdade seria que, sim, Édipo é livre, pois leva a cabo uma investigação com o intuito de descobrir, num primeiro momento, o assassino de Laio, e, num segundo, sua própria identidade. No lado oposto da mesma questão sobre a liberdade, poder-se-ia afirmar que só os deuses apresentam função ativa na narrativa, constituindo-se como os únicos agentes responsáveis pelo curso das coisas, já que são os únicos que delas têm algum conhecimento. A partir deste ponto de vista, Édipo seria apenas passivo em relação ao seu destino.

Da interpretação que coloca Édipo entre a razão e o *daimon*, a liberdade e o destino, reafirma-se o caráter paradoxal da personagem que, ora sábio e astuto, ora frágil e vulnerável, parece descrever bem o misto de sensações que acometem o homem comum. O herói é agente daquilo que pode e, ao mesmo tempo, paciente das ações, submetido às forças do *daimon* e do acaso, ou do seu próprio inconsciente, em termos psicanalíticos.

Compreende-se, portanto, uma das razões pelas quais a psicanálise toma como modelo sua história para expor a constante dualidade que paira sobre os indivíduos: a pulsão é sempre de vida e de morte; o eu é composto de partes conscientes e inconscientes, sendo estas, por vezes, interpretadas como acaso ou destino; há componentes sádicos e masoquistas; há um quê de uma divindade ancestral que compõe os rituais obsessivos, neuróticos, etc. Trata-se, enfim, da dinâmica existencial, de difícil apreensão, em que o divino poderia ser interpretado como nada mais do que o Grande Outro da linguagem, os limites de nossa constituição, o Outro primordial, como diria Lacan (2008).

O PROGRESSO DE ÉDIPO – POEMA DRAMÁTICO (1957)

Natália Correia apresenta uma releitura do mito de Édipo que, estruturalmente, do ponto de vista formal, assemelha-se ao clássico sofocliano. Embora a narrativa não se dê em um só fluxo temporal, como em Sófocles, trata-se de uma versão também condensada, densa em simbolismos.

O início se dá com um Édipo aclamado pelos tebanos após ter vencido o enigma da esfinge. O diálogo inicial é com Tirésias, que, no decorrer da obra, de forma mais implícita do que em Sófocles, guia Édipo no caminho rumo à sua verdade. Nesta versão, Laio seria um déspota a quem os tebanos esperam ser vingados. Édipo seria a figura designada por Apolo

para ser o próximo rei e isto se dá quando, num duelo com Laio, Édipo sai vencedor. Junto à coroa, advém, como consequência do combate, a cegueira. O progresso da peça se dá com a noite de núpcias entre Édipo e Jocasta, com diálogos apaixonados, repletos de poesia. Há uma indicação de que Jocasta faz constantes rituais aos deuses para que Édipo volte a enxergar. O diálogo seguinte é entre ele e Tirésias, que o questiona repetidamente sobre sua relação com Jocasta e a natureza do seu amor. Após o diálogo, ele volta a enxergar e vai ao encontro de Jocasta. O encontro dos dois é marcado pela lucidez do incesto que cometeram. Sobrevém a culpa em Édipo e ele pede que Jocasta o mate com a espada. Ela, porém, leva a ponta da espada às suas pupilas e o cega novamente.

À exposição crua da obra, seguem-se pontos interessantes de análise. O primeiro deles é uma citação da obra *A origem da Tragédia* de Nietzsche, que antecede uma nota da própria autora antes do início da peça:

Quando por uma força mágica e fatídica, se rasga o véu do futuro, se espezinha a lei de individuação, se faz violência ao mistério da natureza, há-de ser a causa qualquer monstruosidade anti-natural, como o incesto. (CORREIA, 1957, p. 9)

Ai daquele, senhores, que der ao homem o tempo do deus e der ao deus o tempo do homem, ou que em infame promiscuidade os confundir alarmando os mortais a quem estão interditas estas coisas! Ai do mísero que violar na sua carne o segredo da divindade que a habita! Ficaré caído entre os humanos como animal anômalo devorado pelos vermes dos seus crimes inexplicáveis. Expiará na poeira da cidade a monstruosidade de ter pecado sabendo que pecava. Mas o seu maior inferno será o da incompreensão. Porque ninguém poderá reconhecer nesse despojo a transfiguração da ira dum deus atraído. Melhor fora ter arrancado os olhos que um dia decifraram o sinal da doutrina inteira! Melhor fora



nunca ter sabido! Melhor fora permanecer raça mesquinha que troca o nome de todas as coisas para não ser cúmplice dos próprios crimes. (CORREIA, 1957, p.10)

Os trechos introduzem, pelo menos, dois elementos: (1) há um universo divino, também designado pelo nome de “destino”; (2) o conhecimento de seus mistérios está vedado aos homens, de forma que trágico é o momento em que este percebe que foi além do que lhe era permitido para sua natureza meramente humana. Do evento anti-natural, exemplificado pelo incesto edipiano, advém a culpa e a expectativa de punição.

INCESTO, SUBVERSÃO DO PATRIARCADO E LIBERDADE

As questões centrais do mito do Édipo, seja qual for a versão, são justamente o parricídio e o incesto. Esses atos, mesmo num mundo onde os deuses já não habitam, trazem à tona o sagrado, que se revela na forma dos limites do que há de mais humano no homem. Eles constituem aquilo de que tem dificuldade para explicar o porquê de ser antinatural, sobre o qual pesa a transgressão e a necessidade de repreensão.

Uma possível interpretação da citação de Nietzsche e da nota de Natália Correia é a que tem como fundamento a teoria cultural freudiana. Em sua célebre obra *Totem e Tabu* (2012), Freud tece considerações sobre as origens das obrigações sociais que estruturam as civilizações e as consciências dos homens. Tratam-se de regras internalizadas que, quando descumpridas, trazem à tona o sentimento de violação de algo sagrado.

Para Freud, a constituição da civilização, das instituições sociais e de cada indivíduo se dá a partir de um fundo mítico. A estrutura do mito de Édipo seria a que melhor congregaria os elementos para explicação dos proces-

sos que culminaram no surgimento da cultura, da moralidade e das tramas pessoais de cada indivíduo (MOREIRA, 2004; MARCOS; SALES, 2017).

Em *Totem e Tabu* (2012), Freud propõe a existência de um estado mítico entre os povos primitivos no qual, em algum momento, teria existido um pai violento e ciumento, que reservava todas as fêmeas para si e expulsava os filhos à medida que cresciam. Este pai desencadeava na horada tanto os sentimentos de ódio, quanto de admiração. Em um momento de ódio, esses filhos teriam assassinado e comido o cadáver do pai, consumando-se, portanto, o crime de parricídio. Tal crime teria inaugurado o sentimento de culpa e a própria relação com a alteridade, pois, a partir desse momento, eles teriam passado a se perguntar sobre sua responsabilidade, além de encarar de frente a falta de um ser superior: todos eram assustadoramente iguais em sua impotência!

Não havendo outra figura forte para substituir o pai morto e com a necessidade crescente de regulação dos instintos e das possibilidades de fruição, a figura do pai poderoso fora internalizada com a refeição totêmica, assumindo a forma de um ideal, perpassado para outras figuras que assumiram a função do totem. Muitos personagens divinos (animais, humanos ou uma mescla de formas) teriam assumido a posição imaginária de *totem*, até se chegar à constituição das normas culturais e das religiões tal como as conhecemos. A interdição do incesto também seria um tabu, surgido a partir do mesmo fundo mítico. Sobre isso, Freud diz:

A necessidade sexual não une os homens, ela os divide. Os irmãos haviam se aliado para vencer o pai, mas eram rivais uns dos outros no tocante às mulheres. Cada um desejaria, como o pai, tê-las todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria. Nenhum era tão mais forte que os outros, de modo a poder assumir o papel do pai.

Assim, os irmãos não tiveram alternativa, querendo viver juntos, senão — talvez após superarem graves incidentes — instituir a proibição do incesto, com que renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai. (FREUD, 2012, p. 142)

Pode-se afirmar, portanto, que a interpretação que Freud faz do início e da estruturação da civilização tal como se conhece é patriarcal, pois centra-se no papel do *totem* como figura que interdita o acesso à plena satisfação dos instintos. É o tabu que funda a consciência, traz a dimensão da culpa, o sentimento de inadequação. A estruturação da consciência é centrada no parricídio originário e na impossibilidade do incesto, sendo o primeiro representante da lei e o segundo da interdição do desejo e das possibilidades de fruição. É a esse desvio que a cultura se encarrega de cuidar, por meio da criação de caminhos alternativos de gozo.

Na perspectiva singular, a cena edípica se repetiria: é o que Freud chama de Complexo de Édipo (MOREIRA, 2004). Este seria o acontecimento responsável por constituir o núcleo da estruturação do sujeito, da diferenciação sexual, bem como das formas de lidar com a ameaça de castração, entendida como aquilo que coloca o sujeito diante de suas limitações, sua falta primordial, de um ponto de vista lacaniano.

Se no nível cultural, tem-se um pai castrador e uma mãe a quem é necessário interditar o desejo, a nível pessoal, dada a dependência do bebê humano em seu processo de maturação biológica e psicológica, encontra-se a mesma triangulação básica: um bebê, dependente de cuidados, um ser que cumprirá a função materna, de acolher as necessidades da criança, mostrando-lhe os primeiros caminhos de satisfação para seus instintos e uma função paterna que impedirá a fusão completa deste bebê no

desejo materno, ensinando-lhe que a proibição é, também, libertação para buscar satisfações em outros objetos. Seria justamente a castração pela função paterna a responsável por permitir o acesso do novo ser humano ao mundo da cultura.

Na teorização psicanalítica do Édipo de Sófocles, assiste-se a tragédia de um ser que, não tendo sido castrado, ou seja, não tendo encontrado uma forma de ter seu desejo barrado, sucumbe à culpa por ter transgredido a norma que é causa de sua humanidade. A Jocasta de Sófocles nada faz contra a proibição do incesto e, tal como Édipo, é tomada por tão profunda culpa que é levada ao suicídio.

Em Natália Correia, as possibilidades de significação do feminino no ato final de Jocasta se ampliam. Torna-se possível pensar em, pelo menos, duas direções: a função materna voraz que não aceita a separação de Édipo, seu filho e, ao mesmo tempo, objeto de prazer, e, portanto, o aprisiona; ou aquela que nos remete a outra possibilidade de significação mítica ainda desconhecida, pois, nossas próprias estruturas mentais foram formadas a partir da visão patriarcal que instituiu o tabu do incesto. A esta possibilidade outra de significação, poder-se-ia aludir ao que Natália Correia teria chamado de estado pré-lógico, anterior à existência de qualquer proibição.

Natália Correia soube manipular a estrutura do mito de Édipo, de forma a manter as questões centrais de sua tragédia, adicionando, porém, a complexidade de se pensar a influência de Jocasta na constituição de uma versão que trata, sobretudo, da função, da potência ou seja lá qual a palavra utilizada para designar a feminilidade que ela traz. Feminino este que pode ser lançado à discussão tanto em relação à forma como sua escrita se delinea, no jogo de palavras e no sentido simbólico de sua compo-

sição poética (existirá um tipo de escrita feminina?), quanto na reviravolta final, que se dá no momento em que ela desvela seu papel de protagonista da história para decidir, com base em seu desejo, o destino de Édipo.

Ainda sobre a centralidade da personagem e sua relação com o próprio fazer poético, tem-se que Natália Correia e Jocasta parecem identificadas em uma função simbólica de escritora, que diz respeito à escrita tanto da obra textual, em sentido estrito, por Natália, quanto do próprio destino das personagens, no interior do texto, por Jocasta. As chaves do poder de decisão em relação ao destino de Édipo e da própria experiência literária do leitor estão sob o poder feminino, de Natália / Jocasta, que promovem uma quebra de expectativas que leva ao efeito de questionamento em relação a tudo o que se sabia sobre o mito.

Outro ponto de reflexão na obra é o papel simbólico da cegueira. Há certa astúcia na forma como ela se relaciona com a questão do conhecimento, da consciência e do poder de ação na narrativa, referindo-se, portanto, à liberdade. Destaca-se o fato de que, numa peça de quatro personagens (Édipo, Jocasta, Tirésias e o Coro), apenas Jocasta e o Coro apresentam a capacidade de enxergar durante toda a obra.

O Coro é quem tudo vê, mas não é capaz de intervir no acontecimento dos fatos. Embora não haja referência explícita à cegueira de Tirésias, pela tradição clássica, supõe-se que a personagem também não é dotada de visão, ainda que justamente isto seja exaltado como a característica que lhe permite direcionar a atenção para o conhecimento mais profundo do oculto, que subjaz a substancialidade das coisas. Se isto permite guiar Édipo em direção a certo conhecimento, pouco lhe é permitido intervir no curso dos acontecimentos.

Sobre Édipo, a relação parece estabelecer-se, sobretudo, na dinâmica que se dá entre a culpa do “crime” contra a sua natureza humana e o constante desejo de transgredi-la. Sua primeira cegueira corresponde ao momento em que comete o parricídio, em uma alusão ao fato de que não lhe é permitido viver conscientemente o lugar paterno. Toda a relação incestuosa também se dá sob a sustentação da cegueira, de seu desconhecimento. À cura dos olhos, sobrevêm a culpa e o pedido de morte a Jocasta. Ela é, portanto, a única capaz de congrega poder de ação e desejo, numa identificação ao próprio papel da divindade - uma divindade feminina. E o que traria isso de novo?

Jocasta dá indícios de que sempre soube do parricídio e do incesto. Na noite de núpcias, ela diz “[...] terei, então, ao contrário do que desesperadamente anseio, de implorar aos deuses a cumplicidade da tua cegueira”? (CORREIA, 1957, p. 20). Seu ato de pedir aos deuses para que Édipo volte a enxergar pode ser interpretada de múltiplas formas. O que ela quer afinal? A confirmação do desejo de Édipo, que só a conhece pelos olhos do coração, sem “nunca tê-la visto” ou uma absolvição dos deuses, da lei, do tabu, para inaugurar uma nova forma de viver o desejo, de reconectar-se com as origens, com o estado pré-lógico referido por Natália Correia?

À discussão sobre a cegueira, soma-se a relativa à liberdade de Édipo. Se, em Sófocles, uma das questões filosóficas centrais diz respeito à questão da liberdade de Édipo sobre o seu destino, em Natália Correia, a questão se mantém, mas com diferenças fundamentais. Ao contrário do Édipo convencional, não se nota uma clara responsabilização dos deuses pela tragicidade de seu destino. Não há referência a nenhuma profecia que demarque a inescapabilidade de sua tragédia. Pode-se, inclusive,

questionar se há uma tragédia ou apenas um drama – um poema dramático, melhor dizendo.

As novas diretrizes para se pensar a liberdade de Édipo parecem ser fundamentadas na feminilidade inaugurada por Jocasta e no seu ato de cegá-lo. De todos os modos, é ela quem define o seu destino, mas em qual direção? Na de convertê-lo em objeto para fruição de seu desejo, em uma posição em que este estaria, portanto, aprisionado, como citado anteriormente? Ou de, simbolicamente, remeter-se à tentativa de inscrição de uma racionalidade da experiência humana que estaria à parte das conhecidas interdições?

Teria ela cegado Édipo para livrá-lo da culpa de continuar a viver uma relação incestuosa, subvertendo, assim, a ordem patriarcal em direção a uma espécie de matriarcado em que, sobre ela, a mulher, se assentaria a personificação da lei? Ou, de maneira mais estrutural, poder-se-ia admitir que, ao contestar a cultura patriarcal indo-europeia e a expectativa de punição por um deus, Natália Correia se liga a uma feminilidade ancestral que pode ser interpretada como o que está anterior à instauração da ordem? No fundo, a questão seria: trata-se de um feminino que se constrói na mesma lógica fálica que constitui a sociedade e tem como novidade ser a representação a figura de uma mulher ou de uma lógica para a qual a própria noção de liberdade não faria sentido?

Ao final, há, pelo menos, duas alternativas: pressupor que há espaço para questionar a liberdade de Édipo na obra ou supor que isso já não é possível, pois a consumação do incesto atenta contra todo o edifício das proibições e, se nada é proibido, torna-se impossível uma reflexão sobre a liberdade.

CONCLUSÃO

O interesse por esmiuçar as possibilidades de significação da obra de Natália Correia justifica-se pelo fato de que ao mito de Édipo, tão presente na cultura ocidental, tantas vezes encenado e reconstruído, acompanha sempre a questão do que esta narrativa pode trazer de novo ao debate sobre a tragicidade do destino, da liberdade e da condição humana.

Pensar as possibilidades de significação do incesto, da subversão do patriarcado e da liberdade, tal como proposto neste texto, implica um exercício intelectual de imaginar um modo de funcionamento da realidade que esbarra nos limites da própria constituição do humano.

Se o que constitui o humano e insere a questão filosófica da liberdade é justamente a sua “castração”, uma falta primordial constitutiva, simbolicamente expressa pela forma de uma proibição, pensar a vivência incestuosa como símbolo de um estado originário anterior a este fato significaria, também, reedificar todo o edifício da linguagem e, portanto, da experiência humana.

Trata-se de algo da ordem do absurdo, pois refere-se à uma realidade para a qual se pode apenas apontar e tecer considerações no plano das ideias. Contraditoriamente, é nesse desejo impossível de subversão da ordem, de reversão da castração, que se experiencia a liberdade por meio da linguagem – é a partir dela que se traça o caminho e nela que novos horizontes podem ser alcançados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. *Édipo Tirano*. São Paulo: Todavia, 2018.

CORREIA, N. *O progresso de Édipo*. Poema dramático. Lisboa: edição de autor, 1957.

CORREIA, N. Prefácio. In: ESPANCA, F. *Diário do último ano: seguido de um poema sem título*. Lisboa: Bertrand, 1981.

FIALHO, M. D. C. O Progresso de Édipo de Natália Correia: uma reescrita feminina do mito. *Máthesis*, 15, 241-255, 2006.

FIALHO, M. D. C. *Édipo Rei*. Trad. do grego e notas de Maria do Céu Zambujo Fialho. Lisboa: Edições 70, 2008.

FREUD, S. *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos-1912-1914, Obras completas*, vol. 11, trad. Paulo C. de Souza, São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

LACAN, J. *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARCOS, C. M.; SALES, E. A. S. Os nomes do pai e a generalização da castração. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(2), 575-590, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142017002013>.

MOREIRA, J. D. O. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 219-227, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000200008>.

ROSA, A. N. Peças breves no teatro escrito de Natália Correia. *Forma Breve*, (5), 41-54, 2007.

VIEIRA, T. *Édipo rei de Sófocles*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

Envio: Dezembro de 2022.
Aceito: Outubro 2023.